

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

AGLOMERAÇÃO URBANA DA TRÍPLICE FRONTEIRA: FOZ DO IGUAÇU NO CONTEXTO DO
PARANÁ

Fernando Raphael Ferro de Lima (IPARDES)

A AGLOMERAÇÃO URBANA DA TRÍPLICE FRONTEIRA: FOZ DO IGUAÇU NO CONTEXTO DO PARANÁ.

RESUMO

O presente artigo trata de dois assuntos e lança algumas hipóteses para a discussão acerca da questão urbana e regional em nível internacional. O primeiro deles é a requalificação da aglomeração urbana de da tríplice fronteira, usando informações estatísticas para criar uma série histórica do crescimento populacional nos lados do Brasil, Paraguai e Argentina. Para isso, são trabalhados outros indicadores, de ordem econômica e social, caracterizando a aglomeração urbana. O segundo ponto é fazer a discussão acerca do conceito de aglomeração urbana empregado em vários estudos, e sua aplicação no contexto do Estado do Paraná. Assim, Foz do Iguaçu desponta como uma das maiores aglomerações urbanas da região sul do Brasil. Como hipótese, é lançada a idéia de que o oeste paranaense pode ser compreendido como um estado região em formação, em conjunto com o leste Paraguai. O centro urbano desta região seria a aglomeração urbana da tríplice fronteira. Isso poderia explicar porquê Foz do Iguaçu aparece numa posição pouco expressiva nos estudos de região de influência de cidades, apesar da população de sua aglomeração ser superior a de centros melhor posicionados nestes estudos, como Cascavel.

Palavras-chave: aglomerações urbanas, integração econômica internacional, tríplice fronteira.

INTRODUÇÃO

O modo como a cidade de Foz do Iguaçu vem sendo estudada tem relegado a sua condição de aglomeração urbana. Apesar de situar-se entre as maiores cidades do estado quando compreendida isoladamente, a real dimensão da vida e dos negócios na cidade é demasiado limitada quanto se pensa apenas por esse ponto de vista. Quando pensada como aglomeração, vemos melhor os desafios e as possibilidades que apresenta, dada sua complexidade multinacional.

A proposta do presente texto é avaliar Foz do Iguaçu através de uma perspectiva que considera a cidade no contexto de sua vizinhança paraguaia e argentina, e leve em consideração essas três cidades como parte de uma aglomeração urbana que poderia, facilmente inserir-se como uma das maiores de toda a região sul.

Essa perspectiva do estudo de Foz do Iguaçu tem sido negligenciada pela bibliografia já há vários anos. Peris e Lugnani (2003) que procuram caracterizar um eixo de desenvolvimento entre Cascavel e Foz do Iguaçu, apesar de abordarem a questão do comércio de fronteira, negligenciam o papel da cidade como aglomeração transfronteiriça. Do mesmo modo, os estudos de caracterização de rede de cidades, como o do IPEA (2000c), do qual trataremos em detalhe mais adiante, negligencia essa questão. Moura e Kleink (1999) apesar de definirem Foz do Iguaçu como uma Aglomeração contígua à Puerto Iguazu e Cidade del Este, não entram em detalhes sobre a composição desta aglomeração, e não consideram os contingentes populacionais que a compõe, de modo que a posição que ocupa é muito diferenciada em relação a que procuraremos reforçar.

Merece destaque o trabalho, nesse sentido, o trabalho de Kleinke et al. (1996) onde se procura a compreensão maior do perfil da aglomeração, sem no entanto entrar em detalhes maiores sobre sua composição e posição na hierarquia estadual. Ainda assim, Kleinke et al. (1996) pode ser considerado um precursor e um marco nos estudos urbanos paranaenses, já que aborda a possibilidade de trabalhar além das fronteiras nacionais os aspectos da geografia urbana.

É importante destacar também que a região da tríplice fronteira compõe um das maiores aglomerações internacionais do continente americano, mas certamente a maior da América do sul. Com isso, constitui-se, por isso no principal objeto para estudos urbanos internacionais, por de ser *melting pot* muito diversificado, com a presença de outras

nacionalidades além da brasileira, paraguaia e argentina, apresentando-se como uma importante cidade cosmopolita.

O texto procura reposicionar Foz do Iguaçu em termos de aglomeração urbana, mostrando que seu porte, em termos de área e população, mas também economicamente, é muito mais relevante do que fazem supor a bibliografia atual sobre o tema. Com isso, procura-se resgatar o conceito de aglomeração e pensar sua utilização para contexto transfronteiriço também em nível internacional, já que essas aglomerações são relativamente comuns na América (MELLO,1992).

O texto está dividido em quatro seções: num primeiro momento procura-se resgatar a história da ocupação do local, e mostrar como se deu o crescimento de sua população ao longo da última década. Na segunda seção são explorados os dados e feita a comparação com as outras cidades e aglomerações do Paraná. Na terceira parte é feita uma proposta de recharacterização de algumas das aglomerações do estado, de modo a posicionar Foz do Iguaçu como a Quarta aglomeração da região sul em termos populacionais. Por fim, será apontada a hipótese de que talvez Foz do Iguaçu componha, conjuntamente com a mesorregião oeste paranaense e o departamento do Alto Paraná, algo parecido com o Estado Região de Keiniche Ohmae (1996).

I - ORIGEM E CRESCIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU E TRÍPLICE FRONTEIRA.

De acordo com a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, os mais antigos registros arqueológicos de presença humana na região deram-se a mais de 6000 anos. No entanto, o marco da presença européia na região é a “descoberta”, por *Cabeza de Vaca*, das cataratas do Iguaçu, no ano de 1548. Até o final do século XIX, pode-se dizer que a região constituía-se numa fronteira aberta, sem saber quais áreas pertenciam a qual país.

Em 1881 a região ganhou seus dois primeiros colonos, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles. Pouco depois chegaram os irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate.

“A Expedição do Engenheiro e Tenente José Joaquim Firmino chegou a Foz do Iguaçu em julho de 1889. Foi feito um levantamento da população e foram identificadas 324 pessoas, em sua maioria paraguaios e argentinos. Mas havia também espanhóis e ingleses, já presentes na região e dedicados

à extração da erva-mate e da madeira, exportadas via rio Paraná.”(FOZ DO IGUAÇU, 2006)

Oito anos depois, em 1897 foi fundada a colônia militar, com objetivo de doar lotes às pessoas que quisessem se instalar na região. Pouco depois a colônia foi emancipada, elevada a categoria de distrito de Guarapuava com o nome de Vila Iguassu e, em 1914, elevada a categoria de município como Vila Iguassu. Em 1918 foi renomeada para Foz do Iguaçu. Da Segunda metade do século XX em diante, a cidade de Foz do Iguaçu conheceu um contínuo aumento da população, causado principalmente pela expansão da fronteira agrícola do estado.

Do outro lado da fronteira a situação não era muito diversa. Somente após a guerra do Paraguai a região começou a ser explorada por madeireiros e ervateiros, cujas atividades foram conduzidas sobretudo por empresas privadas (DGEEC,2002). Mas ainda assim, em meados do século XX a região ainda era escassamente povoada, dominada apenas por alguns grandes latifúndios exploradores de erva-mate, próximo ao que hoje se constitui a municipalidade de Hernandariás. Pelo lado brasileiro foi criado na época do Estado Novo o território do Iguaçu, cuja capital seria Laranjeiras do Sul, com o objetivo de impulsionar a colonização da região. Essa iniciativa não foi bem sucedida, de modo que em 1946 o território foi extinguido e a área reintegrada ao Estado do Paraná. Em julho de 1945 o governo paraguaio criou o departamento do Alto Paraná, com capital em Hernandariás.

“Gracias a políticas como la "Marcha hacia el Este", la intensiva colonización agrícola iniciada en los años sesenta, la construcción de la carretera internacional pavimentada, el Puente de la Amistad sobre el río Paraná y la apertura de mercados mundiales a través de un puerto franco para el Paraguay sobre el Atlántico, así como la construcción de las represas hidroeléctricas de Acaray y la Itaipú Binacional, el Alto Paraná cobró un gran impulso socioeconómico, constituyéndose además en una región de gran concentración poblacional.”(DGEEC, 2002)

Pode-se observar que há uma coincidência de objetivos entre o governo do Paraguai e o do Brasil, que faz parte de um plano de ocupação dos territórios fronteiriços ao longo do rio Paraná, que foi tomado como uma das prioridades geopolíticas dos governos sul americanos.

Neste mesmo espírito, foi iniciada nos anos 1950 a construção de uma rodovia, inaugurada em 1969 como BR-277, ligando Foz do Iguaçu a Curitiba e ao Litoral, a primeira rodovia asfaltada da região. Mas foi com o início das obras da represa de Itaipu que o povoamento ganhou força, fazendo com que em uma década a população da cidade passasse de pouco mais de 30 mil habitantes para mais de 130 mil. Nessa época, foram feitos grandes investimentos em infra-estrutura, e um plano diretor que deu a cidade as feições atuais. No entanto, o crescimento populacional foi muito mais intenso do que a quantidade de recursos necessários, e maior até do que a previsão dos técnicos. A idéia que se tinha em 1975 era de que em 1985 a população chegaria a cifra de 100 mil habitantes (UFPR, 1974).

A avaliação do crescimento urbano dos dois lados da fronteira mostra o quanto aumentaram as cidades a partir da implantação da usina hidrelétrica de Itaipu. Na tabela abaixo pode-se observar o crescimento da aglomeração que, se do lado brasileiro foi acompanhado por investimentos públicos vultuosos, ainda que insuficientes, em infra-estrutura, do lado paraguaio foram insignificantes.

TABELA 1 - POPULAÇÃO TOTAL

	2000	1991	1980	1970
Foz do Iguaçu	258.543	190.123	124.789	33.966
Ciudad del Este ¹	223.350	133.881	62.328	26.485
Hernadarias ¹	64.074	41.922	28.188	13.281
Migua Guazu ¹	48.066	31.736	-	-
Presidente Franco ¹	54.401	40.408	23.695	-
Puerto Iguazu ²	32.038	27.984		
Total	680.472	466.054	239.000	73.732

FONTE: IBGE, DGEEC, INDEC

¹dados referem-se aos anos de 1972,1982,1992 e 2002

² dados de 2001

Como pode-se observar pela tabela, em 1970 a região como um todo já representava uma população bastante elevada para os padrões da época, superior a de Paranaguá, e bastante próxima a de Campo Mourão e Cascavel, apesar de individualmente serem municípios pequenos. Deve-se contar o fato de que os dados da população de Puerto Iguazu no lado Argentino não estava disponível, mas dadas as baixas taxas de crescimento do lado argentino, provavelmente não deveriam ser muito menores do que as observadas em 1991.

O rápido crescimento da população no período 1970-1980 está intimamente associado à grande onda migratória proporcionada pela construção da barragem de Itaipu,

e no caso paraguaio, também a expansão das lavouras na região o leste do país e à construção da rodovia que permitiu a ligação da capital Assunção com o Brasil. Deve-se ter em mente que a BR-277, via asfaltada que ligaria Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá, fez parte da estratégia nacional de atrair o Paraguai para a geopolítica brasileira, em oposição à Argentina. Esse processo consolidou-se nos anos 1980 com a inauguração de Itaipu, obra binacional, na qual a produção de energia é quase toda consumida pelo Brasil.

Quando se considera somente a população urbana, nota-se que o tamanho da aglomeração é realmente expressivo, já que em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, praticamente toda a população é urbana, com menos de 2% dela sendo rural na primeira e a totalidade dela urbana na segunda.

TABELA 2 - POPULAÇÃO URBANA

	2000	1991	1980	1970
Foz do Iguaçu	256.524	186.385	101.330	20.147
Ciudad del Este ¹	223.350	133.881	49.423	7.069
Hernadarias ¹	47.433	28.180	11.139	2.882
Migua Guazu ¹	15.163	8.914	-	-
Presidente Franco ¹	47.589	31.825	12.637	-
Puerto Iguazu ²	32.038	27.984	n.d.	n.d.
Total	622.097	417.169	174.529	30.098

FONTE: IBGE, DGEEC, INDEC

¹dados referem-se aos anos de 1972,1982,1992 e 2002

² dados de 2001

Como se vê pelos dados, de uma cidade de médio porte com aproximadamente 260 mil habitantes em 2000, chega-se a uma aglomeração de mais de 600 mil habitantes unidos, apesar da separação formal imposta pelas fronteiras, divisões administrativas, e também histórico-cultural. No entanto, em termos de trânsito, saúde, educação, mercado de trabalho e economia estão diretamente relacionadas com a dimensão da população tomada como um todo, o que mostra que a situação é muito mais complexa do que os 260 mil habitantes de Foz do Iguaçu nos levariam a crer.

II - FOZ DO IGUAÇU NO CONTEXTO PARANAENSE

A julgar pelo que se tem dito nos últimos anos a respeito de Foz do Iguaçu nos trabalhos realizados por órgãos oficiais, como IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), temos uma cidade um tanto quanto

diferente daquela a que devem estar habituados os moradores da região. Primeiramente, porque o tráfego de veículos é muito mais intenso do que seria de se esperar de uma cidade de 260 mil habitantes, o que em parte pode ser explicado pelo grande afluxo de turistas. Depois, porque a infra-estrutura da cidade não é, talvez, condizente com a de uma cidade que situa-se na rede urbana como de centralidade média para forte, atrás, por exemplo, de Cascavel, que situa-se na mesma região, e no mesmo nível de Pato Branco e Francisco Beltrão, cidades de porte inferior (IBGE, 2000).

Essa situação é muitas vezes encarada como fato, pela indisponibilidade de dados sobre os outros países ou pelo fato dos estudos abrangerem somente as áreas que se situam em território nacional (IPEA, 2000c), mas o fato é que além do setor hoteleiro, do comércio de fronteiras e da geração de eletricidade, a aglomeração da tríplice fronteira é tida como o 3º maior centro mundial de comércio, atrás apenas de Hong Kong e Miami, numa classificação internacional da revista Forbes (1994).

Isso ajuda a explicar a grande participação de Foz de Iguaçu no PIB municipal, onde a cidade se classifica com o terceiro PIB do estado, com uma renda per capital de mais de R\$14.000,00, quase o dobro da renda per capita de Curitiba. O volume de negócios de fronteira era estimado por funcionários paraguaios em algo próximo a 15 bilhões de dólares para 1995¹².

TABELA 3 - POPULAÇÃO TOTAL, OCUPADA, PRODUTIVIDADE E RENDA PER CAPITA

MUNICÍPIO	População Total	População Ocupada	PIB 2000	Produtividade ¹	Renda Per Capita
Curitiba	1.587.315	712.040	R\$ 12.978.341.735,00	R\$ 18.226,98	R\$ 8.176,29
São José dos Pinhais	204.316	85.606	R\$ 3.764.687.742,00	R\$ 43.976,91	R\$ 18.425,81
Foz do Iguaçu	258.543	106.619	R\$ 3.660.262.341,00	R\$ 34.330,30	R\$ 14.157,27
Araucária	94.258	36.726	R\$ 3.435.594.387,00	R\$ 93.546,65	R\$ 36.448,84
Londrina	447.065	200.869	R\$ 3.063.082.184,00	R\$ 15.249,15	R\$ 6.851,54
Maringá	288.653	133.566	R\$ 2.317.868.927,00	R\$ 17.353,73	R\$ 8.029,95
Ponta Grossa	273.616	100.862	R\$ 2.025.204.081,00	R\$ 20.078,96	R\$ 7.401,63
Paranaguá	127.339	45.058	R\$ 1.675.084.717,00	R\$ 37.176,19	R\$ 13.154,53
Cascavel	245.369	105.508	R\$ 1.318.737.599,00	R\$ 12.498,93	R\$ 5.374,51
Toledo	98.200	43.783	R\$ 870.411.914,00	R\$ 19.880,13	R\$ 8.863,67
Guarapuava	155.161	60.112	R\$ 840.402.466,00	R\$ 13.980,61	R\$ 5.416,33
Pinhais	102.985	42.700	R\$ 716.815.579,00	R\$ 16.787,25	R\$ 6.960,39
Colombo	183.329	72.358	R\$ 689.706.397,00	R\$ 9.531,86	R\$ 3.762,12
Campo Largo	92.782	38.087	R\$ 687.870.306,00	R\$ 18.060,50	R\$ 7.413,83
Apucarana	107.827	48.500	R\$ 624.529.537,00	R\$ 12.876,90	R\$ 5.791,96
Arapongas	85.428	39.129	R\$ 616.172.648,00	R\$ 15.747,21	R\$ 7.212,77
Cambé	88.186	38.097	R\$ 578.480.621,00	R\$ 15.184,41	R\$ 6.559,78
Telêmaco Borba	61.238	21.105	R\$ 452.668.588,00	R\$ 21.448,41	R\$ 7.391,96
Campo Mourão	80.476	32.069	R\$ 443.058.187,00	R\$ 13.815,78	R\$ 5.505,47
Umuarama	90.690	41.727	R\$ 386.821.422,00	R\$ 9.270,29	R\$ 4.265,32
Total dos 20 maiores PIB	4.672.776	2.004.521	41145801378	R\$ 20.526,50	R\$ 8.805,43

¹ A medida utilizada para produtividade foi o PIB dividido pela População Ocupada. Ver (IPEA, 2005)

FONTE: IPARDES, IBGE.

Como se pode ver pela tabela acima, que contém os municípios com os vinte maiores PIB do Paraná, segundo dados do IBGE para o ano de 2000, Foz do Iguaçu é o terceiro PIB do estado. Para medida de produtividade, o mesmo indicador utilizado pelo IPEA (2005) foi tomado, que é o PIB dividido pela população ocupada. Com estas informações, nota-se que Foz do Iguaçu consegue produtividade que situa-se entre as maiores do estado, acima por exemplo de Curitiba. Tal feito é notável, ainda mais quando se sabe que a exemplo de Curitiba, boa parte da economia de Foz do Iguaçu depende do setor terciário, com uma pequena participação da indústria, mostrando uma economia vigorosa a despeito da pequena base industrial.

Pode-se argumentar que a natureza do PIB de Foz de Iguaçu está fortemente vinculada aos serviços públicos, como a geração de eletricidade, do mesmo modo que o de Paranaguá está ao Porto e o de Araucária à presença da refinaria. Mas são justamente esses vínculos que dão os traços distintivos para os municípios avaliados e fazem com que eles não sejam apenas cidades dormitórios.

Tomando alguns indicadores sociais que são considerados relevantes, tais como IDH (para a comparação em nível nacional), alfabetização, mortalidade infantil, mortalidade materna, e taxa de crescimento populacional, podemos compreender as condições sociais das populações deste municípios.

TABELA 4 - INDICADORES SOCIAIS - 2000

MUNICÍPIO	Analfabetismo ¹	Mortalidade Infantil ²	Mortalidade Materna ²	IDH-M	Cres. Pop. (%) ³
Curitiba	3,4	14,86	0,34	0,856	2,13
Maringá	5,4	12,4	0,88	0,841	2,08
Toledo	7,6	18,48	1,12	0,827	1,47
Londrina	7,1	14,19	0,24	0,824	1,78
Pinhais	5,8	18,69	n.d.	0,815	3,55
Cascavel	7	13,1	0,85	0,810	2,73
Ponta Grossa	5,7	22,83	0,84	0,804	1,9
Araucária	5,8	15	0,48	0,801	4,83
Umuarama	9,8	17,35	n.d.	0,800	1,08
Apucarana	9,6	18,04	0,53	0,799	1,42
São José dos Pinhais	5,7	23,87	n.d.	0,796	5,43
Cambé	9,5	16,46	n.d.	0,793	2,01
Foz do Iguaçu	7,5	20,4	0,47	0,788	3,51
Paranaguá	5,9	24,48	1,4	0,782	2,51
Arapongas	8,4	17,59	n.d.	0,774	3,19
Campo Largo	6,8	17,3	n.d.	0,774	2,8
Campo Mourão	10,7	15,64	0,65	0,774	0,36
Guarapuava	8,7	26,8	1,93	0,773	1,53
Telêmaco Borba	10,5	21,47	n.d.	0,767	0,81
Colombo	7,2	22,48	0,58	0,764	5,09

FONTE: IPARDES

¹Maiores de 15 anos (%); ²(para cada mil); ³ (período 1991-2000)

O quadro mostra que a cidade de Foz do Iguaçu tem conseguido lidar com o problema da mortalidade materna melhor que Ponta Grossa ou Cascavel, apesar de um crescimento populacional mais acelerado. Também o número de analfabetos não é tão alarmante, sendo que os valores ficam próximos aos de Londrina e Cascavel, que como já foi dito passaram na última década por um crescimento populacional menor.

Do lado argentino, na província de Misiones, onde encontra-se Puerto Iguazu, aproximadamente 6% da população é analfabeta. E para o município, tem-se que 29% da população não possui instrução ou possui o ensino primário incompleto (INDEC, 2001)³. Já para o lado paraguaio, a tabela abaixo mostra condições de carência mais sérias.

TABELA 5 - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO -PARAGUAI 2003

Distrito	Esp. de vida	% Alfabetização	Média de Estudo	Pib Per capita real	PIB per capita ajustado	IDH
Ciudad del Este	71,8	94,6	5,8	2.078	2.078	0,658
Minga Guazu	66,3	92,4	4,5	3.049	3.049	0,669
Hernandarias	70	87,9	4,5	4.025	4.205	0,751
Presidente Franco	69,8	91,6	5,2	1.291	1.291	0,584
Assunção	74,7	96,6	7,9	6.599	5.197	0,896

FONTE: Informe Nacional sobre Desarrollo Humano Paraguay 2003

Uma situação curiosa, no entanto, é que nas áreas rurais os índices de desenvolvimento humano tendem a ser melhores que nas áreas urbanas, ao menos para o caso específico do departamento do Alto Paraná. Na comparação com Assunção os dados dos distritos que compõem a aglomeração parecem ainda mais precários, dadas as melhores condições da capital paraguaia. Isto não deixa de ser uma mostra da desigualdade vivia por este país, que pelo coeficiente de Gini é mais desigual que o Brasil (PNUD, 2003)

III - QUAL A DIMENSÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS PARANAENSES?

A preocupação em caracterizar e definir critérios para o que vem a ser uma aglomeração é uma preocupação recorrente na teoria da geografia urbana (MAYER, 1976; DAVIDOVICH e LIMA, 1975). Isso decorre do fato de que o crescimento urbano leva ao aparecimento de aglomeração que *“pela magnitude alcançada, tornam-se sucetíveis de apresentar problemas econômicos e sociais comuns, justificando a institucionalização de mecanismo de planejamento e ordenação de sua expansão.”* (DAVIDOVICH e LIMA, 1975:50)

Dentro desta preocupação, as áreas urbanas são estudadas normalmente dentro de três perspectivas: enquanto áreas urbanas, enquanto aglomerações urbanas (conurbações) e enquanto áreas metropolitanas (MEYER, 1976). Os dois últimos casos se devem a uma preocupação descrita no parágrafo anterior, de que a magnitude alcançada passa a exigir ações coordenadas de planejamento.

Há no entanto uma dificuldade em se definir os critérios para a caracterização de cada uma destas áreas, nos quais são arrolados fatores que ultrapassam o tamanho da população. Para a definição de aglomerações e áreas metropolitanas é necessário compreender as relações de interdependência das cidades e também as condições de sítio

formador. Ainda assim os critérios não são homogêneos: nos EUA, 50 mil habitantes empregados em atividades urbanas pode ser uma população suficiente para definir uma área Metropolitana (MELLO, 1992). Na Venezuela o corte é feito a partir dos 100 mil habitantes. No Brasil, esforços para classificar as aglomerações urbanas vem sendo feito há vários anos, dentro dos quais destaca-se o trabalho de Davidovich e Lima (1975).

Os critérios arrolados pelas autoras passam por densidade demográfica mínima de 60 hab/km², composição da PEA predominantemente nos setores secundário e terciário, além de critérios de integração, tais como fluxos de migração pendular, fluxos telefônicos, de transporte coletivo e de mercadorias e capitais. Para categoria metropolitana é definido como corte a necessidade da população da área central ser superior a 300 mil habitantes. A quantidade de habitantes concentrada na área central também é fundamental para a compreensão das diferenças entre áreas metropolitanas e não metropolitanas. (DAVIDOVICH e LIMA, 1975)

As aglomerações podem estar classificadas em basicamente duas categorias:

- a) Aquelas de espaço urbanizado contínuo
 - Resultantes de expansão da cidade central;
 - Resultantes da expansão simultânea de duas ou mais cidades;
 - Resultantes de um integração do próprio sítio urbano (cidades geminadas)
- b) Aglomerações sem espaço urbanizado contínuo, formadas por municípios contíguos cuja integração é feita por complementaridade de funções e não por coalescência espacial (PARANÁ, 1991)

O caso de Foz do Iguaçu, como se vê, enquadra-se na categoria a, resultante de um processo de integração do próprio sítio urbano, dado que as três cidades surgem, cada qual em um lado da fronteira, compartilhando o mesmo sítio, a foz do rio iguaçu no rio paraná. Ao mesmo tempo, ao invés de tomar um característica metropolitana, onde ocorre a suburbanização dos municípios limítrofes, ou seja contíguos, parece que Foz do Iguaçu e Ciudad del Este passam por um processo de complementaridade de funções.

No trabalho do IPEA da “Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil – Redes Regionais: Sul” encontramos uma classificação para os centros urbanos. Dentro dessa perspectiva, temos o fato de Foz do Iguaçu ora ser apresentada como uma aglomeração de fronteira, ora como um centro urbano de tamanho médio, ou ainda como

uma aglomeração *contígua*⁴ a Santa Terezinha do Itaipu (IPEA, 2000c). Também aparece num outro momento como uma cidade que não participa de uma aglomeração. Essas diversas informações contraditórias sobre a mesma leva-nos a pensar no enquadramento que é dado para essa cidade que, como procuramos apresentar nas páginas anteriores, apresenta grande importância para o Sul do país, especialmente no contexto do Mercosul⁵.

Em função disso, passa-se para uma discussão acerca do porte que das aglomerações não metropolitanas sulinas, em especial os casos de Londrina e Cascavel, que se apresentam de modo mais problemático. Os dados apresentados nas tabelas 3 e 4 mostram uma economia relativamente desenvolvida num quadro social não muito cor de rosa, que caso pudesse ser composto com mais informações para o lado paraguaio e argentino, nos mostraria uma aglomeração urbana de grande porte (para adotar a classificação do IPEA, 2000), classificada como a terceira ou quarta aglomeração urbana da região sul em termos populacionais.

Os dados sobre o aeroporto internacional de Foz de Iguaçu, tanto em movimento de passageiros quanto de cargas a colocam numa posição superior a de Joinville (cidade bastante industrializada) e em paridade de condições com Londrina, cidade que possui uma população quase duas vezes maior se contarmos apenas os dados brasileiros, e quase três vezes maior se tomada por sua aglomeração tal como a define o IPEA.

Mostra também que a importância de Foz do Iguaçu, seja pela população da aglomeração da qual faz parte, seja pelo fluxo de turistas que recebe, é maior que a de Pelotas, por exemplo, tanto em volume de carga quanto (e principalmente) de passageiros⁶. Mas a explicação para estes dados não deve residir, conforme cremos, apenas no fato de Foz do Iguaçu possuir três grandes atrativos turísticos: o comércio de fronteira, o parque nacional do Iguaçu, com as cataratas, e a represa de Itaipu. O movimento de cargas induz uma utilização do aeroporto que não depende exclusivamente do turismo, e o fato de Ciudad Del Este apresentar um grande terminal para carga e descarga de caminhões, coloca a aglomeração da tríplice fronteira como o destino final/inicial, para milhares de produtos, sejam *commodities* sejam eletrônicos e bebidas.

TABELA 6 - MOVIMENTO ACUMULADO JANEIRO-DEZEMBRO DE 2005

Aeroporto	Passageiros	Cargas (KG)
Aeroporto Internacional de Curitiba	3.393.079	24.616.883
Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu	818.512	600.387
Aeroporto Internacional de Florianópolis	1.548.833	8.549.436
Aeroporto Internacional de Porto Alegre	3.521.204	36.904.725
Aeroporto Internacional de Pelotas	1.169	290.200
Aeroporto de Londrina	524.164	2.202.165
Aeroporto de Joinville	309.105	671.433

FONTE: INFRAERO

E se a questão da população parece deixar bastante evidente que a tríplice fronteira compõem uma aglomeração de quase 700 mil habitantes, outros dados põe em dúvida os 790 mil apontados para a aglomeração de Londrina, e os mais de 300 mil da aglomeração de Cascavel. A caracterização destas duas cidades irão colocar Foz num patamar ainda mais diferenciado no contexto sulino.

Primeiramente procedemos a avaliação da aglomeração de Cascavel. Como já visto, é uma cidade com cerca de 245 mil habitantes em 2000, situado no oeste paranaense num importante entroncamento rodoviário. Cascavel está entre a rota que leva para Foz do Iguaçu e, conseqüentemente o Paraguai, a que leva e traz de Guaíra, Mato Grosso, e os municípios de Marechal Cândido Rondon e Toledo, a rota que leva a Campo Mourão e Maringá no Norte do Estado e a que conduz à Curitiba e ao Porto de Paranaguá. Com isso, a cidade adquiriu uma importância capital no contexto da região Oeste, já que situa-se próxima de importantes rotas de escoamento de produtos, e também funciona como um bom ponto de convergência para os municípios do Oeste, já que próximo de vários caminhos diferentes.

Peris e Lugnani (2003) já haviam indicado Cascavel como um vértice de onde partiriam dois eixos de desenvolvimento, um em direção a Guaíra, passando por Palotina, e Marechal Cândido Rondon, e outro em direção à Foz do Iguaçu. Essa idéia foi apropriada pelo Iparde (2005) na definição do terceiro espaço paranaense, nome dado a 3º região mais importante sob o ponto de vista socioeconômico-institucional. Isso se dá em função da posição estratégica de Cascavel, a exemplo de Ponta Grossa, que conta ainda com uma grande área territorial e uma das maiores produções agrícolas do estado, situando-se entre os maiores produtores agrícolas do país. Essas condições dão a Cascavel o status de Subcentro regional de categoria 1 na classificação do REGIC (IBGE, 2000), o que é destacável para uma cidade de ocupação tão recente⁷.

No entanto, há algumas coisas pontadas pelo estudo do IPEA (2000c) que Cascavel não possui, e uma delas é a feição de aglomeração urbana contígua/contínua com Santa Tereza do Oeste e Toledo (IPEA, 2000c; p.67; p.72). A distância que separa Cascavel da primeira é de 11 quilômetros, por meio áreas caracteristicamente agrícolas. Com uma, com uma taxa de urbanização de 70%, pode-se ver que Santa Tereza do Oeste é um município ainda agrícola, cuja população não totaliza nem 10 mil habitantes na área urbana, somando pouco mais de 10 mil no total. Como as manchas urbanas não são contínuas, conforme definimos antes, e de não ser observável um processo de suburbanização desta cidade por parte de Cascavel, e ela não parece ser suficientemente grande para se complementar à Cascavel, acreditamos que o fenômeno observado não é o de uma aglomeração.

Entre Toledo e Cascavel a idéia de uma aglomeração contígua tal como o IPEA (2000c) classifica é ainda mais estranha. As duas Cidades distam em mais de 30 quilômetros. Obviamente que quando interpretado pelo sentido da palavra, “contíguo”⁸ até poderia ser utilizado para descrever a relação entre Toledo e Cascavel. No entanto, o estudo utiliza a palavra contíguo para a relação entre Londrina, Cambé e Ibiporã, e também para descrever Maringá, Sarandi e Paiçandu, que além de contíguos, isto é, vizinhos, compõe uma mancha urbana contínua. Já com sentido oposto utiliza a palavra contínuo, descrevendo aglomeração que nem sempre compõem uma mancha urbana contínua, como é o caso de Londrina com Apucarana e Arapongas. Com isso tem-se que o termo contíguo é utilizado para descrever um *continuum* na mancha urbana, já que ainda existe uma outra categoria para descrever aglomerações descontínuas.

Ainda assim, esse não é o caso da relação entre Cascavel e Toledo, já que os 32 quilômetros que separam as duas manchas urbanas são ocupados por áreas agrícolas produtivas, compondo uma paisagem que não poderia ser confundida como uma zona periurbana, seja por distritos industriais, seja por distritos agrícolas. Caso ambas componham uma aglomeração, essa não é de caráter contínuo nem contíguo (se tomadas as áreas urbanas), mas na melhor das hipóteses descontínua. No entanto, dada a vitalidade da economia da Toledo, há razões para crer que seja uma cidade autônoma em relação a Cascavel, de um modo mais intenso que o município de São Miguel do Iguaçu, que está aos mesmos 30 quilômetros de Foz do Iguaçu. Não comentamos o que se diz em relação a Corbélia, que está a um distância ainda maior de Cascavel que Santa Tereza do Oeste, e

novamente é um município que além de ser complementar a Cascavel, não se constitui em zona suburbana.

Já no caso de Londrina a questão não é negar o caráter de aglomeração, mas sim reduzir o tamanho desta pela exclusão de dois importantes centros urbanos que são, tal qual Toledo, cidades economicamente independentes, e de ocupação claramente descontínua, tratados como ocupações contínuas (IPEA 2000c, p.70). A mancha urbana de Arapongas dista 20 quilômetros da de Cambé que é, esta sim, contígua e contínua a de Londrina. E a mancha de Apucarana está separada por cinco quilômetros da de Arapongas. Neste segundo caso, a proximidade das manchas urbanas, contíguas, parece ser decorrente de um fenômeno de conurbação, na qual as duas cidades, de tamanho parecido, acabaram crescendo uma em direção à outra, ao longo de um trecho rodoviário.

Deste modo, pode-se dizer é que Arapongas e Apucarana, pela proximidade física, poderiam estar compondo um outra aglomeração, numa única mancha de ocupação, porém claramente separadas de Londrina e adjacências, e por razões claramente distintas de Cambé e Ibiporã, que já nos anos 70 indicavam um comportamento metropolitano. Com isso a população da aglomeração de Londrina iria se reduzir para 577.404 habitantes em 2000, um valor consideravelmente menor que os 773.604 habitantes atribuídos a ela pelo estudo do IPEA (2000c, p.70) pelos números da contagem populacional de 1996.

Além disso, a dinâmica de crescimento populacional destas cidades não é suficientemente acelerada para caracterizar uma forte expansão populacional indicando uma provável conurbação entre Cambé, Rolândia e Arapongas num futuro próximo, a não ser no caso da união física entre Arapongas e Apucarana, sem no entanto indicar que esse fenômeno esteja ligado diretamente a uma dinâmica econômica comum.

Além disso, a confusão dos termos contínua e contígua, é de tal modo evidente que na mesma página 70 podemos observá-lo:

“Londrina forma com Ibiporã e Cambé uma mancha de ocupação contígua. Continuamente, sua aglomeração integra os municípios de Apucarana, Arapongas, Jandaia do Sul e Rolândia, com níveis de centralidade significativos, de forte para médio até médio para fraco, além de Tamarana e Jataizinho. [...] A Aglomeração de Maringá agrega

contínuamente Sarandi e Paiçandu, e continuamente (Sic),
Marialva.(IPEA, 2000c, p.70)”

Parece-me que com esse trecho fica mais que demonstrada a confusão gerada pelos termos contíguo e contínuo, além da complicação adicional do descontínuo. Se formos considerar apenas as ocupações contínuas, tomadas no sentido de que é impossível diferenciar uma mancha urbana da outra, a aglomeração da tríplice fronteira forma uma zona de ocupação com uma população residente de mais de 680 mil habitantes, com um aeroporto de grande importância para a região sul, situando-se como o terceiro em movimentação de pessoas e o quarto em movimentação de cargas, o que nos faria pensar em Foz do Iguaçu como um centro urbano de importância, no mínimo, equivalente à de Londrina para o contexto estadual. Também indica que ao invés de um centro urbano de médio porte, a cidade insere-se, conjuntamente com suas vizinhas, no contexto de uma aglomeração urbana de grande porte na região sul.

IV - UM ESTADO REGIÃO NA BACIA DO PRATA?

Ao longo do texto procurou-se apresentar Foz do Iguaçu no contexto regional da região sul. Além disso, os dados econômicos deixam evidente que Foz do Iguaçu possui uma movimentação de pessoas e de capital que não é proporcional para o porte de sua população tomada isoladamente, mas, compreensível no contexto de uma aglomeração maior.

A importância dos estudos urbano/regionais para fins de planejamento nos leva a pensar que uma maior integração e alguma uniformidade na coleta dos dados deveria ser buscada para o estudo das aglomerações de fronteira internacional, especialmente no caso do Mercosul. O caso mais complexo no país é certamente o de Foz do Iguaçu, porque compõe uma grande aglomeração repartida entre três países, que possuem modos diferenciados de tratar e de recortar as informações demográficas, sobretudo no que diz respeito aos municípios.

O segundo ponto, é a necessidade da definição de critérios para caracterizar aglomerações urbanas que estejam vinculados a observação do fenômeno urbano, para dizer quando há e quando não há continuidade ou contiguidade nas manchas urbanas estudadas. Isso nos leva a pensar, por exemplo, que os estudos sobre região de influência de

idades, para comporem um quadro mais preciso da realidade, devem considerar a influência que as cidades exercem independentemente do país onde se encontram, o que torna-se cada vez mais verdadeiro no contexto atual de globalização e integração econômica dos países do Cone Sul.

A falta de estudos que ultrapassem a barreira do estado nação pode até mesmo esconder uma articulação entre a economia do Departamento do Alto Paraná e o Oeste Paranaense que permitiria incluir essa região num patamar semelhante àquele definido por Keiniche Ohmae como Estado-Região (1996), onde o destino da economia destas cidades estivessem mais interligados entre si que com a economia de seus respectivos países. E caso esse fenômeno ainda não possa ser assim caracterizado, não impede a gestação de algo semelhante. Talvez essa hipótese ajude a explicar o porquê da baixa atratividade de Foz Iguaçu para as outras cidades do seu entorno, já que suas ligações se estenderiam com mais força para lado paraguaio.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALHEIRO, E. M.; STAMM, C.; LIMA, J.F. Análise da movimentação turística no município de Foz do Iguaçu (PR) – 1983 a 2000. Informe GEPEC. Toledo: UNIOESTE/GEPEC, v. 7, n.2, p.121-143, jul./dez. 2003.

DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. “Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil”. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.37, n.1, pp.50-84, 1975.

DGEEC. Censo Nacional de Población y viviendas, 2002. <http://www.dgeec.gov.py> Acesso em 20 de agosto de 2006.

_____. Atlas Censal del Paraguay, 2002. <http://www.dgeec.gov.py> acesso em 20 de agosto de 2006.

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal. Alternativas para a cidade de Foz do Iguaçu após o ciclo Itaipu. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, 1980.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INDEC. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001. <http://www.indec.gov.ar> acesso em 20 de agosto de 2006.

INFRAERO. <http://www.infraero.gov.br/movi.php?gi=movi> acesso em 22 de agosto de 2006.

IPARDES. <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php> acesso em 20 de agosto de 2006.

_____. Leituras Regionais. Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2003.

_____. Os Vários Paranás: um estudo socioeconômico-institucional como subsídio aos planos de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPEA. Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana. Vol. 1 Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2000a.

_____. Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana. Vol. 2. Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2000b.

_____. Redes Urbanas Regionais: Sul. Vol. 6 Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2000c.

_____. Brasil: o estado de uma nação. Brasília: IPEA, 2005.

KLEINKE, M. L. U.; et. al. O paraíso dos outros. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, n.88, p.23-36, mai/ago, 1996.

MELLO, D.L. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, n.205, v.39, p.48-55. out/dez 1992.

MEYER, H.M. Perspectiva da Geografia Urbana. In: HAUSER, P.M.; SCHNORE (org.), L.F Estudos de Urbanização. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

MOURA. R. KLEINKE. M.L.U. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, n.95, p.3-25, jan/abr, 1999.

OHMAE, K. O fim do Estado-Nação. 2ª edição. São Paulo: editora Campus, 1996.

PERIS, A.F.; LUGNANI, A.C. Um estudo sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, na região oeste do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, n.104, p.72-102, jan/jun. 2003.

PNUD. Atlas de Desarrollo Humano Paraguay 2005.

<http://www.undp.org.py/dh/?page=atlas>

RABOSSI, F. Temporalidades Misturadas e Deslocamentos na Fronteira (Ciudad del Este, Paraguai). Colóquio Quantificação e Temporalidade. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2005.

ROLIM, C.F.C. Foz do Iguaçu: idéias iniciais sobre a formação de um complexo turístico-exportador. Revista de Economia. Curitiba: UFPR, v.13, n.12, p.51-60, 1987.

PARANA. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Coordenadoria de Estudos e Projetos. Definições de critérios para a determinação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Curitiba : SEPL, 1991.

UFPR. Foz do Iguaçu: Plano de Desenvolvimento Urbano. Curitiba: UFPR, 1974.

¹ De acordo com RABOSSI (2005); mas os números são controversos. Segundo o mesmo autor, esse valor era estimado em US\$ 5 bilhões pela receita federal e mais ou menos a mesma cifra (US\$ 4 bilhões) para Reinaldo Penner, do Banco Central do Paraguai (PENNER, 1998 apud RABOSSI, 2005). A fonte que se aproxima do valor de 15 bilhões (14 bilhões de dólares) é a da revista FORBES (1994), sem, no entanto, referência clara..

²

³ O ensino primário na Argentina está compreendido entre a 1ª e a 7ª série da escola.

⁴ Nota-se que o sentido da expressão contíguo neste trabalho do IPEA é dúbia: ao invés de indicar, como seria de esperar, a vizinhança entre os municípios, parece indicar a continuidade entre eles. Ao menos extraímos esse sentido quando comparamos a classificação dada para os fenômenos observados.

⁵ É importante neste ponto relembrar o trabalho “O Paraíso dos Outros”, já citado anteriormente. (KLEINKE et al. 1996)

⁶ Os dados da Infraero deixam no ar a pergunta de porque Londrina e Joinville não possui status de aeroporto internacional quando Pelotas o possui, já que no caso de Uruguaiana, que não incluímos na tabela, justifica-se pelo fato de ser uma cidade fronteira convivendo com uma realidade de aglomeração tal como Foz do Iguaçu, apesar de complexidade menor.

⁷ Cascavel foi oficialmente desmembrada de Foz do Iguaçu em 14/12/1952 (Perfil Municipal de Cascavel: in: www.ipardes.gov.br).

⁸ O estudo usa com sentidos diferentes contíguo e contínuo. Contíguo, pode significar: 1 que toca em ou confina com algo; 2 que está adjacente ou próximo; vizinho. Já Contínuo seria: 1 não dividido na extensão; 2 que se prolonga sem remissões até atingir o seu fim; 3 que perdura sem interrupção; constante.